
Reflexões a partir da trajetória acadêmica de uma mulher trans e as políticas de acesso e permanência de travestis e transexuais na Universidade do Estado da Bahia

Reflections from the academic trajectory of a trans woman and the access and permanence policies of transvestites and transsexuals at the University of the State of Bahia

Reflexiones a partir de la trayectoria académica de una mujer trans y las políticas de acceso y permanencia de travestis y transexuales en la Universidad del Estado de Bahia

Rios, Pedro Paulo Souza¹ (Feira de Santana, BA, Brasil)
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7981-9091>

Resumo

O presente artigo tem por objetivo refletir acerca da trajetória acadêmica de uma mulher transexual, ao tempo em que busca analisar as políticas de inclusão de pessoas trans e travestis na Universidade do Estado da Bahia, a partir da Resolução nº 1.339/2018 que regulamenta a política de cotas na referida Universidade para transexuais e travestis. Essa é uma pesquisa de cunho qualitativo e tem como método a narrativa biográfica, por entendermos ser essa uma maneira de compreender os modos, as vivências e as experiências humanas. A partir desse estudo é possível inferir que a política de cotas é importante, contudo, faz-se necessário reestruturar o currículo dos cursos de graduação no sentido de problematizar as questões inerentes à diversidade sexual e de gênero. Compreendemos ainda que a narrativa de pessoas trans em estudos acadêmicos se constitui enquanto instrumento de empoderamento e visibilidade.

Palavras chave: Políticas de inclusão. Transexualidade. Currículo. Ensino superior.

Abstract

This article aims to reflect on the academic trajectory of a transsexual teacher, while seeking to analyze the policies for the inclusion of trans and transvestites at the State University of Bahia, based on Resolution nº 1,339 / 2018 that regulates the policy of quotas at that University for transsexuals and transvestites. This is a qualitative research and uses the biographical narrative as a method, as we understand that this is a way of understanding human manners, experiences and experiences. From this study it is possible to infer that the quota policy is important, however, it is necessary to restructure the curriculum of undergraduate courses in order to problematize the issues inherent to sexual and gender diversity. We also understand that the narrative of trans people in academic studies is an instrument of empowerment and visibility.

Key words: Inclusion policies. Transsexuality. Curriculum. University education

Resumen

Este artículo tiene como objetivo reflexionar sobre la trayectoria académica de una mujer transexual, buscando analizar las políticas de inclusión de personas trans y travestis en la Universidad do Estado da Bahia, con base en la Resolución nº 1.339/2018 que reglamenta la política de cuotas en la Universidad referida para transexuales y travestis. Esta es una investigación cualitativa y su método es el relato biográfico, pues entendemos que esta es una forma de entender los modos, vivencias y vivencias humanas. De este estudio es posible inferir que la política de cuotas es importante, sin embargo, es necesario reestructurar el currículo de las carreras de grado para problematizar las cuestiones inherentes a la diversidad sexual y de género. También entendemos que la narrativa de las

¹ Professor visitante da Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS, Departamento de Educação - DEDU. E-mail: peudesouza@yahoo.com.br

personas trans en los estudios académicos constituye un instrumento de empoderamiento y visibilización.

Palabras-clave: Políticas de inclusión. Transexualidad. Reanudar. Enseñanza superior.

“A formação acadêmica foi muito importante para meu processo de empoderamento”: primeiras considerações

O ingresso e a permanência de categorias socialmente excluídas nas instituições de ensino têm sido uma luta permanente, quando não impossível, tanto na esfera individual, quanto coletiva, entidades, grupos organizados e militantes têm suscitado debates, levantado dados para fazer o enfrentamento junto às escolas e universidades. Nesse contexto de exclusão do direito ao acesso e à permanência na educação, para algumas categorias essa luta tem sido ainda mais árdua, como é o caso das travestis e transexuais.

Estudos têm sinalizado que só nas últimas décadas do século XX e início do século XXI o ingresso no ensino superior de travestis e pessoas trans tem se tornado uma realidade, ainda que incipiente, conforme sinalizado nos estudos de Luma Nogueira de Andrade (2012), pesquisadora, professora universitária na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB, sendo a primeira travesti a conseguir o título de doutora no Brasil, em 2012. Outro estudo importante nessa perspectiva é o de Mario Felipe de Lima Carvalho (2015), pesquisador e colaborador no Centro Latino Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM-IMS-UERJ). Megg Rayara Gomes de Oliveira (2017), travesti, preta, doutora em educação e professora na Universidade Federal do Paraná – UFPR, tem desenvolvido significativas e necessárias pesquisas a partir dos demarcadores de gênero, diversidade sexual, raça, etnia nos processos educativos. Nessa mesma perspectiva, considero importante ressaltar a pesquisa doutoral de Helma de Melo Cardoso (2020), onde a autora analisou a presença de professoras trans nas universidades do Nordeste.

Os estudos enunciados acima ao tempo em que elucidam o emergir de pesquisas voltadas para as questões que versam acerca da exclusão contra a população travesti e transexual no Brasil, principalmente no campo da educação, sinalizam para a necessidade de avançar em políticas públicas, no sentido de assegurar os direitos às travestis e transexuais.

Mesmo considerando que estudos têm sinalizado o ingresso de pessoas trans e travestis em cursos superiores, Pedro Paulo Souza Rios (2021) argumenta que a permanência das mesmas ainda se apresenta enquanto entrave a ser superado, uma vez que é perceptível a ausência de políticas públicas que assegure tal direito e elas acabam sendo expulsas por um sistema educativo estruturado a partir de uma lógica excludente, que pauta o currículo e as práticas pedagógicas meramente em normas fundamentadas numa perspectiva binária, homofóbica, sexista e cis-heteronormativa.

A primeira parte do enunciado do título da seção introdutória desse artigo, fragmento extraído da narrativa que será analisada nesse estudo, expressa a importância de caucionar o ingresso e a permanência de trans e travestis nas universidades brasileiras. Por não se enquadrarem nas normas vigentes, quase sempre a alternativa que resta às travestis e transexuais, na luta diária por sobrevivência, é ficar à mercê em esquinas, rodovias e casas de prostituição. Algumas delas, porém, conseguem burlar esse lugar de subalternidade e invisibilidade social e transgredir o estigma a elas imposto, ocupando vagas em universidades e mercado de trabalho. A luta pela vida quase sempre tem sido a tônica de travestis e trans. O direito de viver dignamente eclode como sendo o principal ponto na pauta de reivindicação em suas lutas.

De acordo com Luma Nogueira de Andrade (2012), há um avanço no que se refere ao ingresso de pessoas transexuais e travestis nas universidades, já que antes as mesmas não tinham acesso à escola e, conseqüentemente, não faziam uma faculdade, mais recentemente travestis e transexuais vêm sendo, na maioria das vezes, tolerada nas escolas e universidades, sendo comum cenas de silenciamentos e xingamentos a elas dirigidos.

Quando problematizamos o fato de que as pessoas trans são apenas toleradas nos espaços públicos, e, portanto, invisibilizadas, nos referimos ao desrespeito e à exclusão social que essas pessoas sofrem cotidianamente, dado que suas diferenças não são aceitas e, por vezes, acabam desencadeando em sua expulsão. O problema é originado com a invisibilidade intimamente vinculada à ausência de conhecimento acerca do significado de subjetivação de gênero, que frequentemente é confundida com orientação sexual. Isso prejudica não só a

compreensão dos problemas específicos das pessoas trans, como até mesmo o reconhecimento de sua existência.

A educação, enquanto direito social, deveria ser assegurada a todos/as e, por isso, não deve haver restrições para o acesso e a permanência. Na prática, na maioria das vezes, as pessoas trans não são aceitas, tampouco respeitadas em suas singularidades de gênero.

A partir do processo de redemocratização do país tem sido notório que há uma mobilização e incidência política dos movimentos sociais, exigindo políticas que dizem respeito a diferentes grupos sociais historicamente discriminados. De acordo com Toni Vasconcelos (2012), a década de 1990 se amplia de forma mais consistente, tanto nas esferas governamentais como nos movimentos sociais e universidades públicas, o debate acerca de políticas de ações afirmativas para estudantes negros/as e/ou egressos/as das redes públicas de ensino.

Com maior ênfase dos debates em torno da adoção de tais políticas, a partir da atuação de estudiosos/as, pesquisadores/as, núcleos estudantis, militantes e educadores/as negros/as, pioneiramente sob o princípio da autonomia universitária, algumas universidades públicas adotaram políticas afirmativas a partir dos anos 2000, ainda que na ausência de legislação específica.

No Brasil, paulatinamente, algumas universidades implementaram diferentes sistemas de cotas. A Universidade do Estado da Bahia – UNEB se apresenta como a primeira universidade do Norte Nordeste a assegurar uma política de cotas. A implementação usando o critério racial ocorreu na seleção em 2002, incluindo a seguir os critérios sociais (VASCONCELOS, 2012). Inicialmente as políticas de cotas representam uma das medidas estratégicas dentro das ações afirmativas para combater as grandes diferenças no número de negros/as com acesso às universidades.

A política de cotas na Universidade do Estado da Bahia é ampliada em 2018, por meio da Resolução Nº 1.339/2018 publicada no D.O.E. 28-07-2018, p. 32, onde assegura em seu Art. 2º, parágrafo VI “5% (cinco por cento) de sobrevaga para candidatos(as) transexuais, travestis ou transgêneros” (UNEB, 2018, p.2), é importante ressaltar que além da UNEB, a Universidade Federal da Bahia – UFBA, por meio da Resolução Nº 07/2018, também adotou a política de cotas para “pessoas trans - transexuais, transgêneros e travestis.

Entendemos, dessa maneira, que ao ampliar a política de cotas a Universidade do Estado da Bahia busca atender as demandas sociais inerentes à diversidade sexual e de gênero. Consideramos que tais resoluções se constituem enquanto marcos importantes de valorização e respeito às pessoas trans e travestis, uma vez que a maioria das políticas públicas direcionadas a travestis e transexuais é diz respeito à prevenção de doenças e o combate à exploração sexual, e não para políticas de inclusão na escola e no trabalho. (ANDRADE, 2012).

Considerando tais dados, refletir acerca da constituição das subjetivações de gênero e suas nuances em diferentes espaços, privilegiando a escola e a universidade, faz-se necessário, uma vez que os processos educativos são atravessados pelas relações de gênero. Guacira Lopes Louro (2007), aponta que, historicamente, a escola tem se configurado numa das instituições nas quais se instalam mecanismos do dispositivo da sexualidade, havendo um investimento continuado e produtivo desses sujeitos na determinação de suas formas de ser ou, formas de viver sua sexualidade e seu gênero. Pedro Paulo Souza Rios, Alfrancio Ferreira Dias e José Paulo Brazão (2019) sinalizam que a escola mesmo sendo um espaço privilegiado de reflexão acerca da diversidade sexual e de gênero muitas vezes se coloca como reprodutora de preconceitos e discriminações.

Partindo de tais pressupostos, o presente estudo tem por objetivo refletir acerca da trajetória acadêmica de uma professora transexual, ao tempo em que busca analisar as políticas de inclusão de pessoas trans e travestis na Universidade do Estado da Bahia.

Essa é uma pesquisa de cunho qualitativo e tem como método a narrativa biográfica, por entendermos ser essa uma maneira de compreender os modos, as vivências e as experiências humanas. Nas entrevistas narrativas há uma importante característica colaborativa, uma vez que a história emerge a partir da interação, da troca, do diálogo entre entrevistador/a e participante (RIOS; DIAS, 2019), fazendo com que os dados a serem analisados possam emergir o mais natural possível.

“Narrar a própria história é se ver com outro olhar”: a narrativa enquanto método de pesquisa

A narrativa está imbuída pela compreensão de quem narra. Em diálogo com a participante dessa pesquisa, tive acesso às diversas pautas que compõem as

suas lutas por direitos. Narrar é socializar uma experiência, é compartilhar com outros/as algo que vivenciamos, se constituindo num ato de desvelamento de si. A narrativa que nos propomos a analisar nessa pesquisa discorre sobre as experiências de formação de uma professora trans, compreendendo, no entanto, que sua trajetória de formação está intrinsecamente interligada à sua história de vida.

Ao contar o/a narrador/a afasta da experiência o que é relatado, seja sob o seu ponto de vista, seja pelo prisma de outros/as (BENJAMIM, 2007, p. 201). O que pressupõe dizer que aquele/a que narra desvela o que lhe marcou, fatos, momentos, eventos que de alguma maneira interferiu em seu modo de olhar a vida. Compreendemos que uma narrativa faz emergir não somente uma experiência sob o ponto de vista meramente individual, mas está impregnada das experiências que ouviu e que também lhe atravessaram. Portanto, a narrativa tem sua gênese nas experiências subjetivas e sociais de cada sujeito, a partir de suas vivências cotidianas.

De acordo com Elizeu Clementino de Souza (2014), o importante não é o quanto se narra, mas porque determinados fatos foram selecionados, intencionalmente ou não, para serem narrados. Marie-Christine Josso (2010) ressalta que em relação à fidedignidade daquilo que é narrado não há finalidade de atestar o que é narrado. Entendemos que a verdade nesse caso é daquele/a que narra.

A narrativa analisada nesse estudo foi gravada no dia 28 de novembro de 2021. O contato com a narradora em questão se deu a partir das reuniões do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação, Gênero e Diversidades do Sertão – GENESES-Sertão, do qual a mesma faz parte. Antes da gravação foram esclarecidos o objetivo do estudo em curso, seguido de esclarecimentos acerca das publicações oriundas da entrevista. Após esse primeiro momento o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE) foi assinado e posteriormente arquivado junto aos documentos do GENESES-Sertão. É pertinente ressaltar que a narradora optou por utilizar seu verdadeiro nome e por considerarmos que tal fato não fere a ética na pesquisa consideramos importante utilizá-lo, assegurando o protagonismo da narradora.

Em sua narrativa ela se apresentou da seguinte maneira: “Meu nome é Denyse, tenho 29 anos de idade, sou mulher trans, negra, natural de Senhor do Bonfim, Semiárido Baiano, e moro em Feira de Santana, Bahia, onde faço mestrado em Educação pela Universidade Estadual de Feira de Santana”. Denyse é Licenciada

em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia – UNEB e militante das causas trans e travestis no Semiárido.

“A universidade me ajudou a entender quem eu era”: pessoas trans e o ensino superior

A educação, direito social assegurado pela Constituição Brasileira (BRASIL, 1988), em alguns casos não tem se configurado enquanto objeto de direito e de pertencimento para algumas categorias. A permanência nas instituições de ensino, para a maioria das travestis ou transexuais, se desvela como algo distante, quando não impossível. Helma de Melo Cardoso e Alfrancio Ferreira Dias (2020) salientam que as instituições de ensino se constituem enquanto espaços de difícil sobrevivência para pessoas trans.

A infância e o período escolar são marcados por inúmeras mudanças que perpassam por questões hormonais, crescimento físico, descoberta da sexualidade (BRÊTAS, 2008), além daquelas inerentes à subjetivação de gênero. Para a maioria das travestis e transexuais, esse período é particularmente mais complexo, por se sentirem diferentes e estranhas em decorrências das transformações relacionadas à sua expressão de gênero (RIOS; DIAS; BRAZÃO, 2019; RIOS; DIAS, 2020; CARDOSO; DIAS, 2020).

As questões de gênero, sexualidade, diversidade sexual são construídas e desconstruídas a todo momento no ambiente escolar. Constroem-se, por meio de práticas pedagógicas e outras situações que legitimam separações entre gêneros, estimulando a competição e, posteriormente, a perpetuação de preconceitos generificados (LOURO, 2007). Tais posturas acabam por expulsar os/as que são tomados/as como estranhos/as do ambiente escolar, acarretando em altos índices de evasão-expulsão escolar de pessoas trans e travestis no ensino básico, evidenciando que a cisgeneridade funciona como marcador para um desfecho bem-sucedido nos percursos escolares.

Nesse contexto, o ingresso de pessoas trans e travestis no ensino superior tem se constituído enquanto momento de superação de desafios sociais e pessoais. Sobre isso Denyze (2021) em sua narrativa ressaltou:

Sempre fui muito rechaçada na escola, por ser aquela pessoa diferente. Não me misturava com os meninos e todo mundo achava estranho e foi assim

durante toda educação básica. Um ou outro me acolhia, mas no geral eu era excluída o tempo inteiro, violentada o tempo inteiro [...]. Ingressar na universidade para mim, no primeiro momento, foi de reflexão muito aprofundada do meu próprio eu. Porque eu tinha várias dúvidas e tinha em mente que ia encontrar algo bem parecido com o ensino médio, mas me deparei com um mundo totalmente diferente, um mundo totalmente desconhecido. Ligado a tudo isso estavam as questões da minha sexualidade e do meu gênero, que foi algo que sempre me inquietou muito. Quando ingressei na universidade meu pensamento era entender quem realmente eu era enquanto ser humano, enquanto pessoa e em saber o que eu era na verdade. [...] no fundo meu medo era que só restasse a prostituição como alternativa.

Em sua narrativa Denyze suscita sentimentos vivenciados desde o período da escola, comuns a toda pessoa que se descobre fora da norma pautada meramente nos princípios heteronormativos. Contudo, sua narrativa elucida que tais sentimentos se reverberam em atos constantes de violência. Berenice Bento (2011, p. 558), argumenta que: “A natureza da violência que leva uma criança a deixar de frequentar a escola porque tem que trabalhar para ajudar a família não é da mesma ordem daquela que não consegue se concentrar nos conteúdos transmitidos porque é ‘diferente’”. Ou seja, a escola em seus processos pedagógicos de ensino-aprendizagem acaba por desconsiderar demarcadores relacionados à diferença, a saber: orientação e diversidade sexual, raça, identidades de gênero, dentre outros, e que despontam como relevantes para a compreensão dos processos de exclusão vivenciados por pessoas “diferentes”.

Quando a escola negligencia no acolhimento, não criando condições de acesso e permanência às pessoas trans, assegurando, por exemplo, o direito ao nome social; acesso ao banheiro adequado à sua expressão de gênero e o combate da permanente violência por outros/as alunos/as, docentes e funcionários/as do espaço escolar, dentre outras ações, a prostituição acaba se apresentando como a única saída para a sobrevivência.

Ingressar no ensino superior, nesse contexto, pressupõe romper inúmeras barreiras, ao tempo em que representa um passo importante no processo de autorreconhecimento da sexualidade, da identidade e da própria autonomia enquanto pessoa trans, não por acaso a reflexão em torno das questões de gênero, sexualidade, diversidade sexual e as subjetivações humanas têm sido assunto recorrente nas discussões promovidas nas universidades nas últimas décadas.

O ingresso e a permanência de pessoas trans e travestis no ensino superior está embebido de significados e signos políticos, sociais, históricos e simbólicos, demarcando a gênese de uma série de acontecimentos de ordem subjetiva, social, política, cultural e econômica, que afronta diretamente com os discursos arcaicos e conservadores que permeiam a atual conjuntura política e social no Brasil.

Consideramos que outro elemento importante presente na narrativa de Denyze é o fato de querer entender quem ela é “enquanto ser humano, enquanto pessoa”, deslindando a necessidade de se reconhecer enquanto sujeito estranho, por não se encaixar dentro do modelo legitimado socialmente. Sobre isso Luma Nogueira de Andrade (2015) defende que o reconhecimento identitário enquanto pessoa trans é fundamental, sua negação, ao contrário, se desvela enquanto ato de inúmeras violências para essas pessoas.

Nesse sentido, é necessário compreender que as identidades sexuais são concebidas pelas relações de poder de uma sociedade, constituídas historicamente, por meio de discursos reguladores sobre o sexo. Não se adequar às normas estabelecidas se configura num permanente processo de exclusão das pessoas trans e travestis. Berenice Bento (2008) ressalta que quando a escola silencia as diferentes identidades de gênero, desrespeitando ou negando-se a reconhecer o uso dos pronomes e gênero com os quais alunos/as trans e travestis se identificam, acaba por expulsar esses indivíduos da escola, reiterando a ideia de não pertencimento e exclusão.

Comumente as pessoas trans são excluídas da convivência familiar, do mercado de trabalho, da escola. Chegar à universidade muitas vezes se apresenta como algo socialmente impossível, considerando todo processo de exclusão anterior. Contudo, estudos têm sinalizado que em muitos casos a universidade tem se constituído enquanto espaço que favorece a vivência de sexualidades e subjetivações de gênero desestabilizadoras da ordem (ANDRADE, 2015; OLIVEIRA, 2017). Sobre isso Denyze (2021) relatou que:

Seria hipocrisia dizer que quando cheguei na universidade todo mundo me enxergava da mesma forma que enxergava os demais alunos, mas posso dizer que é na universidade que começo a entender quem eu queria ser, quem realmente eu era, ou então eu ia tá fadada a infelicidade pelo resto da vida. Então a partir das aulas de um professor que inseria essas temáticas em suas aulas é que começo a me reconhecer e me entender melhor. [...]. Então vivi toda essa transição, na verdade dentro da universidade. Num

primeiro momento me reconheço como uma pessoa andrógena, que é aquela pessoa que é conhecida como não binário, que anda ali pelo percurso do masculino, do feminino, mas para mim ainda não era o que eu queria, na verdade queria ser é uma mulher, porque me via como uma mulher, como uma menina, e aí aos poucos fui inserindo mais acessórios, mais roupas femininas, então de vez decido realmente dizer quem eu era.

Em relação ao excerto acima é importante ressaltar que Denyze ingressou na Universidade do Estado da Bahia, em 2013, ainda não havia a política de cotas para pessoas trans e travestis e a discussão acerca de tais temáticas começa a emergir no Campus VII a partir de 2016: “Quando cursava o sexto semestre um professor começa a trazer a temática para suas aulas, sugerindo textos sobre sexualidade, diversidade sexual, gênero”. Tais fragmentos evidenciam a importância de processos educativos que levem em consideração as distintas subjetivações humanas, sem que haja a legitimação de uma, em detrimento de outras tomadas como anormal.

O fragmento evidencia ainda o quanto a universidade foi importante não só no processo de formação acadêmica de Denyze, mas também para a sua constituição enquanto mulher trans, trazendo todas as nuances da reconstrução de suas subjetivações no processo de autorreconhecimento enquanto mulher trans.

Mesmo reconhecendo que a experiência universitária demarca uma ruptura com um cenário de violências vivenciados no período da educação básica (COULON, 2008), não podemos esquecer de que a academia não está isenta de que tais fatos possam ocorrer.

De acordo com Berenice Bento (2014) desde a antiguidade que a experiência transexual esteve presente na história ocidental e em outras sociedades. Contudo, é só em 1949 que a expressão “transexualismo” foi utilizada para sinalizar a concepção que conhecemos hoje. É nesse contexto histórico que a transexualidade será descoberta e nomeada como um “conflito de identidade de gênero”. Estudos antropológicos também vão utilizar “transexualidade” para referir-se à experiência de mobilidade e trânsito entre gêneros em outras culturas. Comumente os/as discentes trans do Campus VII têm sido classificados/as por outros/as colegas do departamento, professores/as e funcionários/as como estranhos.

No início algumas pessoas acharam estranho essa minha mudança, na verdade esse encontro comigo mesma, mas depois se acostumaram. Não

vou dizer que não passei por constrangimentos, passei sim, todos os dias, por exemplo, lembro quando pegava o ônibus podia tá lotado do jeito que fosse a poltrona do meu lado sempre ia vazia, ou então quem sentava era uma amiga ou alguém muito próximo. [...]. Agora quando volto ao Campus já percebo que tá diferente, inclusive já voltei para fazer palestras, na minha época isso só foi possível no finalzinho do curso (DENYZE, 2021).

Diariamente a população trans e travesti, nos mais distintos espaços sociais, trava uma luta constante pelo reconhecimento da sua identidade de gênero e pelo direito de ser quem são. A invisibilidade é tão grande que até dentro do ônibus que transportava estudantes universitários elas são invisibilizadas. A narrativa de Denyze sinaliza ainda que a luta por visibilidade trans tem ganhado cada vez mais força, inclusive no Campus Universitário onde ela estudou, e agora retorna na condição de palestrante, o que antes não acontecia.

Helma de Melo Cardoso e Alfrancio Ferreira Dias (2020, p. 1697) chamam atenção para o fato de que situações de homo/transfobia se repetem nas universidades, onde a heterossexualidade é apresentada muitas vezes “como única possibilidade legítima de sexualidade normal e o enquadramento dxs estudantes às normas de gênero dominantes”.

Foucault (2007, p. 59) afirma que “as posições de sujeito se definem igualmente pela situação que lhe é possível ocupar em relação aos diversos domínios ou grupos de objetos”. Portanto, o lugar social, nesse caso específico, a universidade, como origem para a constituição da prática discursiva, o sujeito sempre fala de um lugar social, pelo qual é afetado por diferentes relações de poder, e isso é constitutivo de seu discurso.

“O currículo como está não contribui para o avanço da diversidade”: o discurso des-re-construído

O currículo das instituições de ensino sempre esteve implicado na construção das identidades e das diferenças. A escola moderna é marcada por diferenças, contudo, o currículo legitima as identidades hegemônicas ocidentais e contribui para posicionar as não hegemônicas como inferiores, deficitárias, patológicas, desviantes. Pode-se inferir que essa falta de preocupação de questionar quais identidades o currículo produz está ligada ao fato de que a escola e, conseqüentemente, o currículo, ter surgido para acolher a alguns/mas, mas não

todos/as, ela foi, lentamente, sendo requisitada por aqueles/as aos/às quais havia sido negada (LOURO, 2007).

Assim, problematizar as questões de gênero e as vivências de distintas sexualidades no currículo de formação de professores/as é vivenciar um currículo em des-re-construção. Não há como ignorar as “novas” práticas, os “novos” sujeitos e suas contestações ao estabelecido como norma. Por isso, a vocação normalizadora da educação vê-se ameaçada pelas sexualidades abjetas e suas diferentes formas de representação no cotidiano social e escolar, essas ocupam espaços que foram historicamente designados a um modelo de sociedade pautada na cultura heterossexista.

Nessa perspectiva, suscitamos algumas reflexões que consideramos pertinente na compreensão do currículo nos cursos de formação docente: Como as identidades das travestis e trans são construídas, veladas ou reveladas no Campus VII, da Universidade do Estado da Bahia? Quais as políticas de ingresso e permanência de pessoas trans e travestis na UNEB? Quais currículos estão sendo forjados para atender a essa demanda? Como a universidade recebe e interage com os/as estudantes trans e travestis?

A partir do exposto, infere-se que as questões pertinentes ao gênero, à transexualidade, à travestilidade estão sob a regência e no âmbito de discussão dos Direitos Humanos, assim concordamos com Souza (2015, p. 201) ao afirmar que tais discussões devem ser compreendidas pelo viés sócio-histórico e cultural “objetivando a incorporação – por parte do corpo docente –, da transversalidade deste tema quando na construção do projeto político-pedagógico da Unidade Escolar”.

É importante salientar que o Campus VII da UNEB iniciou a reflexão acerca das questões de gênero, a partir de 2010, criando em 2016 o Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação, Gênero e Sexualidade do Sertão – GENESES-Sertão. No entanto, é importante ressaltar que ainda está longe do ideal, e aqui estamos classificando por ideal uma iniciativa coletiva, na qual haja engajamento de todos os cursos, dos/as profissionais, professores/as e técnicos/as, considerando a incipiência na discussão. Sobre isso Denyze (2021) salienta:

Depois que me interessei em me aprofundar nesse universo sobre as questões de gênero, sexualidade, transexualidade é que me dei conta de que o currículo do curso, na época em que eu estudava, sequer mencionou essas

questões. Então fiquei me perguntando: como um curso de formação de professores se anula de falar sobre isso? Fiquei assustada, confesso! Independente da presença de gays, sapatas, pessoas trans no Campus essa é uma realidade presente nas escolas [...], passei por isso, eu e milhares de crianças, quando ainda estudava na educação básica e estou passando por isso na condição de professora e não vejo saída que não seja a informação e na universidade o currículo é o caminho mais acertado para isso.

O fragmento acima evidencia o que temos presenciado ao longo dos anos na maioria dos cursos de formação docente, ou seja, uma ausência de temáticas inerentes às subjetividades humanas nos currículos, nos levando a pensar que nossos/as alunos/as sejam todos/as heterossexuais e se adequassem perfeitamente às práticas discursivas e de não subjetivação, impostas por uma sociedade cis-heterossexista.

Nesse sentido, é importante salientar que entre 2019 e 2020 o referido curso precisou reformular seu projeto pedagógico e na nova matriz, após inúmeros debates, foi possível assegurar como componente curricular obrigatório a disciplina *Educação, Direitos Humanos e Diversidade Sexual e de Gênero*, com carga horária de 60hs, oferecida já no primeiro semestre.

Acreditamos que para além da discussão já travada no Campus VII, tal conquista seja também em decorrência da Resolução Nº 1.339/2018, mencionada anteriormente, fazendo com que em 2019.1 o Campus recebesse o primeiro discente transexual. Anterior a esse fato o Campus teve a primeira estudante trans, que foi a Denyze.

De acordo com Marlucy Paraíso (1997), as experiências de gênero vividas pelas estudantes costumam estar invisibilizadas e silenciadas nos currículos classificados de formais, ainda que tais discursos sejam utilizados pelas/os professoras/es como critério de seleção de conteúdos, nos processos de organização da turma, da fila, da recreação, se configurando enquanto pedagogias que ensinam modos normatizados de ser mulher e de ser homem.

A constatação padronizadora da educação cresce tanto quanto a necessidade de interrupção deste arquétipo e da construção de práticas educativas em que a questão da diferença se faça presente. Sobre isso Denyze (2021) salientou que:

[...]. Durante muito tempo me incomodava quando as pessoas diziam que eu era diferente, que meu corpo era diferente, meu andado era diferente. Ouvei isso a minha vida inteira, em casa, na escola, na rua e só quando entro na universidade é que descubro o quanto é belo ser diferente, ainda que muitas vezes queiram nos classificar como iguais. [...]. Por isso penso que essa reformulação no currículo do curso de pedagogia vai agregar e muito para as pessoas “diferentes”. Sempre desejei ver a universidade elaborando seus currículos a partir das diferenças.

O excerto nos faz pensar acerca do emergir de uma nova concepção de educação, pautada em paradigmas que elaboram práticas pedagógicas a partir das diferenças de gênero, sexualidade, etnia, orientação sexual, classe social, dentre outras, sinalizando que não podemos mais abrir mão de problematizar essas discussões sob o risco de continuarmos perpetuando o que foi tomado como normal, em detrimento do silenciamento das diferenças. De acordo com Judith Butler (2001), o abjeto relata sobre os corpos que escapam das normas vigentes, considerados errados, inadequados, estranhos, conforme nos relatou Denyze em sua narrativa, e ainda que não passem despercebidos/as são silenciados/as e excluídos/as dos currículos.

Assim, suscitar a reflexão sobre a presença de tais discussões na proposta curricular dos cursos de formação docente nada mais é do que assegurar que questões inerentes ao fazer pedagógico no cotidiano escolar passem a ser problematizadas, sistematizadas e ressignificadas para que aqueles/as tidos/as como estranhos/as não sejam apontados/as a todo momento, num ritual permanente de silenciamento e exclusão social.

De acordo com Guacira Lopes Louro (2008), os corpos classificados como estranhos são necessários para o currículo, uma vez que são tomados para legitimar o que deve ser tomado enquanto norma, ou seja, os corpos que importam. Nesse sentido, Denyze (2021) salientou que:

Só depois de tudo que passei, toda discriminação que vivi é que consigo perceber que mesmo a escola me acusando de ser estranha era a mim que eles usavam como um exemplo a não ser seguido [...]. Frases do tipo: não seja como ele, era o que mais ouvia, mas essas reflexões a gente só consegue fazer quando chega à universidade e até chegar aqui, quando chegamos, porque muitas de nós se perdem pelo caminho, é muita dor, muito sofrimento. [...], por isso que digo que mesmo tendo muitas limitações, com um currículo a ser reformulado, principalmente sobre essas questões, a universidade ainda é um lugar onde a gente consegue falar sobre esses assuntos.

Diante do exposto podemos inferir que um currículo que pense a formação docente na perspectiva da diversidade se configura enquanto desafio a ser superado pelas instituições, ainda que consideremos que as universidades se constituam enquanto *lócus* privilegiado para tais discussões, conforme podemos evidenciar no fragmento acima.

Tomaz Tadeu da Silva (2014, p. 100) argumenta que um currículo pensado para a formação docente não pode se esquivar de trazer para a discussão questões como etnia, equidade de gênero, diversidade sexual, uma vez que elas serão inevitavelmente encontradas no chão da escola. Ele chama atenção para o fato de que:

Uma política pedagógica e curricular da identidade e da diferença tem a obrigação de ir além das benevolentes declarações de boa vontade para com a diferença. Ela tem que colocar no seu centro uma teoria que permita não simplesmente reconhecer e celebrar a diferença e a identidade, mas questioná-las (SILVA, 2014, p. 100).

Compreendemos, portanto, que mesmo tais questões tendo conquistado e assegurado visibilidade na pauta das temáticas inerentes à educação e ao currículo, não podemos negligenciar o fato de que a pauta decorrente dessas discussões ainda se constitui enquanto algo velado e silenciado.

O fato de não se enquadrar no padrão cis-heteronormativo imposto pressupõe àqueles/as classificados/as como diferentes a marginalização, sendo fortalecido o domínio daqueles/as considerados/as como normais. Segundo Rogério Diniz Junqueira (2015), isso ocorre através de sucessivos e incessantes processos classificatórios e hierarquizantes, originados ainda na infância. Entendemos, dessa maneira, que pensar um currículo que problematize a norma de gênero baseada na perspectiva cisnormativa postula necessariamente o enfrentamento acerca da rigidez das concepções de gênero e sexualidade, pressupõe ainda arrostar a marginalização e a discriminação imposta àqueles/as cujo simples fato de existirem anunciam práticas cotidianas de resiliência, por terem que superar e subverter padronizações.

Seja na escola, na universidade, na rua ou em qualquer outro lugar, querem dizer como devo me comportar, me vestir, andar e todas essas coisas que são normas sociais. Mas normas sociais para quem? [...]. É isso que muitos

não entendem: eu e muitas outras pessoas não nos encontramos nessas normas [...], na universidade é a mesma coisa. Por exemplo: eu sou mulher negra e trans, mas o currículo que é posto, os textos, as discussões, na maioria das vezes ressaltam que ser branco, homem e hetero é a norma e, definitivamente meu bem, dentro desse currículo eu e um monte de pessoas não nos encontramos, ou seja: o currículo como está não contribui para o avanço da diversidade (DENYZE, 2021).

É perceptível, conforme salientamos anteriormente, que nas últimas décadas distintas categorias sociais, historicamente excluídas dos processos educativos, estão ingressando nas universidades, é importante ressaltarmos que esse ingresso é resultado de lutas sociais e políticas travadas ao longo de décadas. Dentre essas categorias destacamos os/as transexuais e travestis.

Contudo, ingressar na universidade, conforme o excerto narrativo acima, não é o suficiente. É necessário que travestis e transexuais sejam reconhecidos/as por meio de processos pedagógicos que ressaltem a diferença e, partindo desse pressuposto, assegurem a equidade de direitos. Entendemos que tal ação desemboca em processos de auto reconhecimento no decurso da formação. Assim, torna-se necessário repensar o currículo de formação docente, levando em consideração este novo cenário.

Historicamente o currículo constitui enquanto dispositivo por meio do qual é possível problematizar as relações entre sociedade e escola, cercado por saberes, práticas socialmente construídas, atrelado aos conhecimentos científicos, como também aos discursos dominantes e discursos subjugados (MOREIRA; CANDAU, 2007).

Partindo dessa concepção compreendemos que o currículo é tomado enquanto base que norteia políticas de educação, definida por distintos grupos sociais, por meio das quais são desveladas suas percepções de mundo e paradigmas. Entendemos, portanto, que problematizá-lo se constitui enquanto ação imprescindível no processo de formação e reflexão acerca das subjetividades que vão de encontro à perspectiva cis-heteronormativa, que vem demarcando o cotidiano dos processos educativos, seja na educação básica ou nas universidades.

“Apesar de tudo que passei, eu sobrevivi”: considerações

Compreendemos que a expressão: “Apesar de tudo que passei, eu sobrevivi”, extraída da narrativa de Denyze (2021), consegue, de certa maneira,

sintetizar a trajetória de milhares de mulheres trans que conseguem acessar e concluir o ensino superior no Brasil, apontado por inúmeros estudos como o país que mais mata pessoas LGBTTQIA+ no mundo. Durante a gravação da entrevista da narrativa ficou nítida a emoção que transparecia por meio da voz, dos gestos e das palavras que ao serem pronunciadas iam tecendo a trajetória formativa de Denyze.

A partir da narrativa é possível inferir a capacidade das narrativas biográficas dentro das vivências trans, que se constituem enquanto mecanismo epistemológico e de visibilidade das trajetórias silenciadas, favorecendo o empoderamento de novos caminhos e vivências. A narrativa possibilita o emergir de novas pessoas, uma vez que favorece o processo reflexivo acerca de sua própria história, quando a mesma é narrada, atribuindo novos sentidos e significados no que tange à construção da subjetivação daquele/a que narra.

Quanto às políticas públicas de acesso e permanência no ensino superior na Universidade do Estado da Bahia, é possível dizer que a política de cotas por meio da Resolução Nº 1.339/2018 e a inclusão de componentes curriculares obrigatórios que assegurem a discussão, é sem dúvida um passo significativo no processo de inclusão de pessoas trans e travestis. Contudo, devemos ressaltar que há outros passos que precisam ser dados o quanto antes, a saber, os demais cursos de licenciatura e bacharelados precisam assegurar que em suas bases curriculares as questões inerentes à diversidade sexual, de gênero, orientação sexual, dentre outras, sejam asseguradas, seja como componentes curriculares obrigatórios, optativas, ou como cursos de extensão.

A implicância social e política de professores/as na reflexão de assuntos desse campo de estudo, é sem dúvida de extrema importância para a formação inicial dos/as docentes do curso de licenciatura em pedagogia do Campus VII, no entanto, entendemos que legitimar tal compromisso, assegurando a obrigatoriedade de um componente curricular que discorra acerca dessas questões, se configura na efetivação de um direito assegurado pela resolução e efetivado por meio de práticas curriculares que respeitem as diferenças.

Além de demarcar um momento histórico, a trajetória de Denyze anuncia caminhos que tomam outras direções por meio do reconhecimento e respeito à sua cidadania e conseqüentemente a mudança de postura dos/as docentes que conviveram com ela. Conforme salientamos, atualmente Denyze está cursando o

mestrado em educação e assegurar sua presença nesse espaço de poder, de construção do conhecimento é sem dúvida esperançador, nos fazendo acreditar que é possível viver em uma sociedade onde toda e qualquer diferença, seja de gênero, sexual, étnica, racial, geracional e tantas outras, seja respeitada.

Referências

ANDRADE, Luma Nogueira de. **Travestis na escola: assujeitamento e resistência à ordem normativa**. Tese (doutorado). Área de Concentração: Educação – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, Fortaleza, 2012. 278 f.

ANDRADE, Luma Nogueira de. **Travestis na escola: assujeitamento e resistência à ordem normativa**. Editora Léa Carvalho. Rio de Janeiro: Metanoia, 2015.

BENJAMIN, Walter. **Obras Escolhidas**. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. Tradução Sérgio Paulo Rouanet. v. I, 7. ed. São Paulo: Brasiliense. 2007.

BENTO, Berenice. **Transvi@dos: gênero, sexualidade e direitos humanos**. Salvador: EDUFBA, 2008.

BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Revista de estudos Feministas**. v. 19, n. 2, 2011, p. 549-559. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2011000200016&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 07 abr. 2020.

BENTO, Berenice. Nome social para pessoas trans: cidadania precária e gambiarra legal. **Contemporânea**, v. 4, n. 1, jan./jun, 2014, p. 165-182. Disponível em: <http://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/197>. Acesso em: 07 abr. 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRETAS, José Roberto da Silva et al. Os rituais de passagem segundo adolescentes. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v. 21, n. 3, 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21002008000300004&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 07 abr. 2020.

BUTLER, Judith. *Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”*. In: LOURO, Guacira Lopes. (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001, p. 151-172.

CARDOSO, Helma de Melo. **Uma educação outra**: subjetividades trans* no currículo do ensino superior em universidades nordestinas. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, SE, 2020. Disponível em: https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/4772/1/HELMA_MELO_CARDOSO.pdf. Acesso em: 23 mar. 2022.

CARDOSO, Helma de Melo; DIAS, Alfrancio Ferreira. Saberes trans* em universidades nordestinas. **Revista online de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 24, n. esp. 3, dez, 2020, p. 1689-1712. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/about>. Acesso em: 21 mar. 2022.

CARVALHO, Mario Felipe de Lima. **“Muito prazer, eu existo!”** Reconhecimento e ativismo de pessoas trans no Brasil. Tese (doutorado). Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva. Área de concentração: Ciências Humanas e Saúde. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UERJ_7e3aa6d6d1074705cde8ccdb43fc8752. Acesso em: 10 jun. 2020.

COULON, Alain. **A Condição de Estudante**: a entrada na vida universitária. Salvador: EDUFBA, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal. 2007.

JOSSO, Marie-Christine. **Experiências de vida e formação**. São Paulo, Cortez, 2010.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Pedagogia do Armário. **CULT – Revista Brasileira de Cultura**, Rio de Janeiro, n. 202, ano 18, jun, 2015.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação – Uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis – RJ: Vozes. 2007.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho**: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

MOREIRA, Antônio Flávio. B.; CANDAU, Vera Maria Ferrão. Currículo, conhecimento e cultura. In: BEAUCHAMP. J.; PAGEL, D.; NASCIMENTO, A. R. (org.). **Indagações sobre currículo**. Brasília, DF: Ministério de Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. **O diabo em forma de gente**: (r)existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação. Tese (doutorado). Universidade Federal do Paraná, Programa de doutorado em educação. Curitiba, 2017. 190 f. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/47605>. Acesso em: 20 abr. 2020.

PARAÍSO, Marlucy. Um currículo entre formas e forças. **Educação** (Porto Alegre, impresso), v. 38, n. 1, jan./abr, 2014, p. 49-58. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/18443>. Acesso em: 10 jun. 2020.

RIOS, Pedro Paulo Souza; DIAS, Alfrancio Ferreira; BRAZÃO, José Paulo Gomes. “As brincadeiras denunciavam que eu era uma criança viada”: o gênero “fabricado” na infância. **Revista Educação em Questão**, v. 57, n. 54, 29 nov. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/18651>. Acesso em: 28 jun. 2020.

RIOS, Pedro Paulo Souza; DIAS, Alfrancio Ferreira. “Então me classificavam como estranho”: entre narrativas na construção do estranho no corpo de professores gays. **Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)biográfica**, v. 4, 2019, p. 539-557. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/rbpab/article/view/6130>. Acesso em: 12 jun. 2020.

RIOS, Pedro Paulo Souza; DIAS, Alfrancio Ferreira. “Nossa história de vida é construída a partir do nosso corpo”: a produção do corpo viado na docência. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 15, n. 3, jul./set., 2020, p. 1265-1283. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/viewFile/13574/9216>. Acesso em: 08 jul. 2020.

RIOS, Pedro Paulo Souza. A universidade em trans-formação: acesso e permanência de pessoas transexuais no ensino superior. *In*: RIOS, Pedro Paulo Souza (org.). **Gênero e sexualidades na educação: reflexões acerca do fazer pedagógico**. Curitiba: CRV, 2021.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e diferença. *In*: SILVA, T. T (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis: Vozes, 2014, p. 73-102.

SOUZA, Elizeu Clementino de. Diálogos cruzados sobre pesquisa (auto)biográfica: análise compreensiva-interpretativa e política do sentido. **Periódicos**, v. 39, n. 1, jan./abr, 2014, p. 39-50. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/11344>. Acesso em: 20 jun. 2020.

SOUZA, Elizeu Clementino de. A escola e a sexualidade: porque negar o prazer? *In*: **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 75, n. 179/180/181, Seção: Comunicação e informação, jan./dez., 2015, p. 450-467. Disponível em: <http://rbepold.inep.gov.br/index.php/rbep/article/view/1178>. Acesso em: 20 jun. 2020.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA. **Projeto político pedagógico do curso de pedagogia**. Senhor do Bonfim, 2008. UNEB – Universidade do Estado da Bahia. Disponível em: <https://portal.uneb.br/senhordobonfim/>. Acesso em: 01 mai. 2018

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA. CONSELHO UNIVERSITÁRIO (CONSU) **Resolução Nº 1.339/2018**. Salvador - Bahia, 2018. Disponível em: <https://portal.uneb.br>. Acesso em: 06 dez. 2019.

VASCONCELOS, Toni. (Org.). **UNEB foi referência na Lei de Cotas sancionada**. 2012. Universidade do Estado da Bahia. Disponível em: <http://www.uneb.br/2012/09/11/uneb-foi-referencia-na-lei-de-cotas-aprovadapela-presidenta-dilma//>. Acesso em: 06 dez. 2019.

Recebimento: 05/04/2022

Aprovação: 10/05/2022



Q.Code

Editores-Responsáveis

Dr. Enéas de Araújo Arrais Neto, Universidade Federal do Ceará, UFC, Ceará, Brasil
Dr. Sebastien Pesce, Universidade de Orléans, França